TL1999

XVI's Colóquios

de Relações Internacionais Culturais e Políticas

ÁSIA-PACÍFICO: hegemonia para o século XXI?

2,3 e 4 de Maio de 1995

- A União Europeia e o espaço económico Asiático: estratégias de coordenação
- O Pacífico perante novos equilíbrios de poder
- Portugal e Oriente:
  A diplomacia portuguesa na transição do milénio
  - Macau
  - Timor
- Forum de Relações Internacionais

Organização:
Finalistas de RI-Culturais '95

CECRI

Com o patrocínio de:
FUNDAÇÃO ORIENTE
COMISSÃO EUROPEIA

Indice

TESTEMUNHO..... 3

Prof. Doutor Vítor Manuel de Aguiar e Silva

PROGRAMA 4

HISTORIAL 7

CIDADE 11

É bom viver em Braga!
Claudino José Moura

EVENTO 15

Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha

ABORDAGEM 17

O Espaco Ecónomico Asiático: Mito ou Realidade?
Sandrina Ferreira Antunes

O Pacífico perante novos equílibrios de poder
Isabel Estrada e Ana Gonzalez

Macau: Delta do rio das pérolas
Márcia Almeida e Claúdia Duarte

Timor-Leste: Um Oriente ao oriente do Oriente
Jorge Eduardo Figueira

ENSAIO 27

Drª. Anabela Carvalho
E.U.A e Timor: o poder de silenciar

Prof. Doutora Helena Guimarães
A APEC: "Building Block" ou "Stumbling Block"?

FORUM 31

Doutor Luís Filipe Lobo Fernandes

ACADEMIA 32

Plano de Estudos de Relações Internacionais (Culturais e Políticas)

C.E.C.R.I.

Editorial

Bem Vindo Sr. Leitor,

Como está? Temos muito gosto em falar consigo nesta aprazível manhã bracarense... O propósito desta "revista" é preparar o debate. Pensar um pouco. Estamos em Braga. Na porta de saída da Academia e longe do mundo das Relações Internacionais a sério. Que melhor momento para discorrermos, impunes, sobre a Natureza do Poder e a Diplomacia Portuguesa do Fim de do Século?... sobre as Perspectivas de Cooperação com os Tigres Asiáticos e o Papel do Ambiente Intitucional no Acondicionamento dos Estados?...

Eu acho que não vale a pena ter
Ido ao Oriente e visto a Índia e a China.
A terra é semelhante e pequenina
E há só uma maneira de viver.

Benvindo sejas Leitor, por teu olhar displicente sobre nossos anseios vertidos tinta em papel. O propósito da nossa publicação é preparar e provocar o debate. Esperamos ter-te provocado.

Edição: XVI Colóquios de R I **Corpo Redactorial:** Márcia Almeida, Sandrina Antunes, Cláudia Duarte, Isabel Estrada, Jorge Eduardo Figueira, Ana Gonzalez. **Convidados:** Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha, Dr. Luís Filipe Lobo Fernandes, Drª. Helena Guimarães, Drª. Anabela Carvalho, Prof. Doutor Vítor Manuel de Aguiar e Silva. **Capa:** Pedro Bastos. **Coordenação Redactorial e Edição Gráfica:** Sandrina Antunes e Jorge Eduardo Figueira. **Agradecimentos:** C.I.U.M., Luísa Teotónio Pereira, Missão de Macau em Lisboa, Fernanda Faria, Miguel Santos Neves, The Economist, Anabela Carvalho.
Editorial Franciscana 1000 Exemplares **Distribuição gratuita**
Braga, Maio de 1995

FUNDAÇÃO ORIENTE

Testemunho

As Universidades, pela sua vocação profunda, pela lógica intrínseca e extrínseca dos seus objectivos e ideais, são preeminentemente universais. O universal não entra em conflito com o local, com o regional e com o nacional, que são raízes, constituintes e manifestações concretas e mutáveis do universal, mas entra em conflito com o localismo, com o regionalismo e com o nacionalismo, que são limitações e até negações perigosamente empobrecedoras da universalidade do homem, da cultura e do conhecimento.

A Universidade do Minho, sem descurar e, muito menos, sem enjeitar as responsabilidades que se lhe cabiam no plano local, no plano regional e no plano nacional, procurou afirmar e consolidar, desde o início da sua existência, a sua vocação universal no domínio da cultura e no domínio da ciência. Considero a criação do Curso de Licenciatura em Relações Internacionais como uma das mais relevantes, lúcidas e fecundas manifestações dessa vocação universal, porque nesse projecto de ensino se revelou a consciência da dimensão transnacional das grandes questões culturais, políticas e económicas do nosso tempo e se exprimiu a necessidade de conhecer e entender outras culturas, outros povos, outros sistemas políticos e outros sistemas económicos para nos conhecermos e entendermos melhor a nós próprios, para defendermos melhor os nossos legítimos interesses locais, regionais e nacionais, para se conhecer melhor, em suma, o homem contemporâneo, situado num mundo cujas interdependências e articulações sistémicas foram espontaneamente potenciadas e complexificadas pela velocidade, pela eficácia e pela incoercível porosidade das comunicações.

Os Colóquios de Relações Internacionais da Universidade do Minho, com uma tradição já tão valiosa, são, por isso mesmo, um *forum* privilegiado para que a nossa Universidade, em conjugação com outras instituições e organizações, possa reflectir dialogicamente, a partir do nosso próprio horizonte, sobre alguns dos grandes problemas do mundo contemporâneo. Sem perda da sua identidade nacional profunda, os universitários - professores e alunos - têm de ser cada vez mais, seguindo a lição imortal de Sócrates, cidadãos do Mundo. R.I

Prof. Doutor Vítor Manuel de Aguiar e Silva
(Vice-Reitor da Universidade do Minho)

PROGRAMA

Terça-Feira 2 de Maio de 1995

10h00 - Sessão Solene de Abertura

Magnífico Reitor da Universidade do Minho
Prof. Doutor Sérgio Machado dos Santos
Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo Primaz de Braga
D. Eurico Dias Nogueira
Governador Civil de Braga
Dr. Fernando Alberto Ribeiro da Silva
Presidente da Fundação Oriente
Dr. Carlos Monjardino
Presidente do Conselho de Cursos De Ciências Económicas e Sociais
Prof. Doutor Oliveira Rocha
Director do Curso de Relações Internacionais Culturais e Políticas
Prof. Doutor Acílio Da Silva Estanqueiro Rocha

Intervalo para café

10h30 - A União Europeia e o espaço económico asiático: estratégias de cooperação

Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais
Dr. Álvaro de Vasconcelos
Director da Comissão das Comunidades Europeias em Portugal
Dr. Saarsfield Cabral
Comissão Europeia
Dr. Guillaume Hofmann
Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais
Dr. Miguel dos Santos Neves
Presidente da Escola da Economia e Gestão
Prof. Doutora Margarida Proença

Debate
Almoço

14h30 - O Pacífico perante novos equilíbrios de poder

Presidente do Conselho Superior de Disciplina da Armada
Vice-Almirante António Ferraz Sacchetti
Comissão Europeia
Dr. Henrik Schmiegelow
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Dr. Ramos Machado
Instituto de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa
Dr. Carlos Gaspar

Debate

PROGRAMA

Quarta-Feira 3 de Maio de 1995

9h30 - Portugal e o Oriente: a diplomacia portuguesa na transição do milénio

Embaixador Luis Gaspar da Silva
Prof. Doutor Adriano Moreira

Intervalo para café

10h45 - Macau: futuro de um território sob administração chinesa

Director da Agência Nova China
Dr. Guo Dongdo
Presidente da Comissão Parlamentar de Ligação Luso-Chinesa
Embaixador Jorge Rito
Administrador da Fundação Oriente
Embaixador João de Deus Ramos

Debate
Intervalo para café

14h30 - Renovação da postura internacional face a Timor

Ministério dos Negócios Estrangeiros
Drª. Ana Gomes
Universidade do Porto
Prof. Doutor Barbedo de Magalhães
Presidente do CIDAC
Dr. Luísa Teotónia Pereira
Jurista
Dr. Miguel Galvão Telles
Revista Forum Estudante
Rui Marques
Debate

18h00 - Sessão Solene de Encerramanto

Magnífico Reitor da Universidade do Minho
Prof. Doutor Sérgio Machado dos Santos
Sua Excelência Reverendíssima o Arcebispo Primaz de Braga
D. Eurico Dias Nogueira
Governador Civil de Braga
Dr. Fernando Alberto Ribeiro da Silva
Presidente da Fundação Oriente
Dr. Carlos Monjardino
Presidente do Conselho de Cursos de Ciências Económicas e Sociais

Um Oriente ao oriente do Oriente

"Fumo. Canso. Ah uma terra aonde, enfim,
Muito a leste não fosse o oeste já!
Para que fui visitar a Índia que há
Se não há Índia senão a alma em mim?"

1. Alcântara: A história da ilha de Timor é um caso de versões reconhecidas ou não pelos políticos internacionais; tragicamente, só o fim do séc. XX pôde iluminar um drama esquecido em favor de outros enredos e tornar "real" o sofrimento de milhares de pessoas. Até então, a história de uma ditadura sangrenta passava em surdina pelos gabinetes, pelos parlamentos e pelos noticiários. O grito de dor timorense, expresso na luta da resistência dentro e fora do território, era sistematicamente abafado ou ignorado. Em 1995, no entanto, Portugal está sem dúvida empenhado em conseguir a autodeterminação para Timor. O que aconteceu entretanto? Como se consolidou a política externa portuguesa? Porque não antes? Quem são os protagonistas deste drama que, mantido em segredo, sobe agora à cena?

2. Sta. Apolónia: A presença portuguesa em Timor Leste tem perto de 400 anos. Ironicamente, é uma história feita de distância e reencontro. A natureza do poder nacional e um colonialismo displicente definem, em traços muito gerais, a política externa para Timor; quando se inicia a descolonização do território, a presença portuguesa é, política e militarmente, frágil.

Em Novembro de 75 o Estado Indonésio invade Timor Leste, depois de alguma desestabilização e intriga internacional. Nos cinco primeiros anos da ocupação ocorrem mais de 200.000 mortes. Desde então para cá, a Indonésia é criminalmente responsável pelo exercício de um genocídio físico e cultural: "massacres, execuções extra-judiciais, uso sistemático de tortura, destruição intencional de povoações e de culturas, (...) limitação forçada de nascimentos, incluindo programas de esterilização e a transferência de crianças para outras ilhas, (...) proibição do ensino do *tétum*, (...) repressão dos cultos, concentração de mais de 300.000 pessoas em aldeias estratégicas" (Pinto Leite).

Apesar do genocídio, ergue-se um silêncio de consentimento por parte dos EUA, da Austrália e da Europa Ocidental, entre outros. A resistência do povo Timorense à integração nem por isso diminui. Na ilha, continuou activa a resistência armada. No exterior, a Fretilin, a UDT e o Conselho Nacional da Resistência Maubere tentam canalizar o apoio internacional, nomeadamente português.

Precisamente em Portugal, nos anos 80, as Organizações Não Governamentais iniciam a sua actuação: A Comissão de Defesa dos Direitos do Povo Maubere (CDPM) desde 81; as I Jornadas sobre Timor da Universidade do Porto em 89. Face ao estado, são como actores secundários em busca de maior protagonismo. Mas Timor é um território fechado. Só em 89 a Indonésia autoriza a entrada dos primeiros jornalistas. Multiplicam-se então os relatórios e as notícias da resistência. Em 1991 é fundada a Plataforma Internacional de Juristas por Timor Leste (IPJET). Sinal dos tempos, na Internet inicia-se a conferência *reg.easttimor*. O CNRM retoma o lobby no Congresso Norte-Americano.

Ligado ao crescimento da actividade das ONG em Portugal está a actuação das ONG Indonésias e, de um modo geral, a oposição democrática em Jakarta, que fazem de Timor um dos seus cavalos de batalha contra o regime. A Tapol *(Tahanan Politik* - "prisioneiro político"), criada em 73 e sediada em Londres ou a PIJAR (*Pusat Informasi dan Jaron untuk Reformasi* - "centro de informação e rede de acção para a reforma"), com quem estabelecem relações.

3. As ONG esforçam-se por pressionar os actores políticos directamente e através da opinião pública, fazendo uso dos *media.* Esta actuação acaba por dar visibilidade aos resistentes Timorenses. A *Opinião Pública*, esse monstro papão que se vislumbra nas sondagens e ganha forma nas conversas de corredor, fica atenta. Em Portugal, os *media* são o palco onde se projecta a voz da Resistência. Ao mesmo tempo, tomam posições e fazem comentário, sempre que é pertinente enquadrar os factos. Surgem assim como um *plateau* onde se cruzam ONG, Estado, opinião pública e os próprios jornalistas.

Durante a segunda metade de 91, o caso de Timor-Leste é alvo de uma histeria mediática que passa pela cobertura da eventual Visita Parlamentar e culmina no

televisionamento do Massacre de Sta. Cruz. Acompanhadas pelo depoimento internacional dos jornalistas agredidos em Díli, as imagens de um massacre "em tempo real" abalam as posições de indiferença dos actores políticos e mobilizam alguns sectores mais activos da opinião pública mundial. Esta sequência de acontecimentos mediáticos (em que o real se não destrinça da própria narrativa) traz Timor para a agenda do jornalismo e da política internacionais. A partir de 1991, o MNE é impelido a retomar o assunto na ONU e pressionar os seus parceiros na UE. Uma certa ventania nos *media* faz acelerar o processo timorense, com a intervenção de Boutros-Ghali, uma maior acção de Clinton, e algumas cedências (tácticas ou não) do próprio Suharto.

Em 94 os acontecimentos precipitam-se. As ofensas aos direitos humanos são cada vez mais notadas. A reacção indonésia ao seminário sobre Timor, em Manila, contribui para chamar as atenções. Em Novembro, durante a cimeira da APEC em Bogor, na Indonésia, 29 jovens Timorenses invadem os jardins da Embaixada dos EUA em Jakarta. Em Dezembro é publicado o relatório de Ndiaye, enviado pessoal de Boutros-Ghali, sobre o massacre de Sta. Cruz. Em Janeiro de 95, Portugal traz a Austrália ao Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, por ter assinado acordos, com a Indonésia, no que diz respeito ao petróleo do Mar de Timor.

Estes acontecimentos fazem as notícias dos jornais e, ao mesmo tempo, são "feitos" por elas. Ao longo de três anos, a resistência urbana, jovem e estudante em Timor ganha um protagonismo mediático incontornável. Os 29 no jardim da Embaixada dos EUA têm maior cobertura que os 500 no massacre de Sta. Cruz, ou os 200.000 da invasão. A Indonésia já não é olhada com mesma complacência. Ao mesmo tempo, a política oficial portuguesa veio amadurecendo e começa a dar resultados. Em Janeiro de 95, o encontro entre Durão Barroso e Ali Alatas confirma a entrada dos Timorenses como "terceira parte" nas negociações promovidas pelo Secretário Geral da ONU.

4. *Coimbra B:* A estratégia para Timor está de acordo com o comportamento diplomático de um pequeno país num determinado cenário, onde os Estados não estão sozinhos. Neste cenário, dentro de cada Estado há actores independentes, as ONG aos Media. E fora dos Estados há Organizações Internacionais e acordos multilaterais. Nesta sociedade em crescimento perde leveza o ambiente jurídico e institucional. O respeito do Direito Internacional, o desenvolvimento de hábitos e regras de cooperação, a transferência de soberania dos Estados para as OI são características desse Ambiente. A diplomacia activa, insistente, regular; as palavras, a negociação e os acordos ganham uma importância extrema. Os interesses dos estados evoluem para além de uma lógica isolacionista, ultrapassando o cinismo internacional.

É neste contexto que a questão de Timor emerge. Dir-se-ia que assistimos a um esvaziamento do Estado nacional num duplo sentido. A favor dos indivíduos, por um lado, e das organizações supranacionais, por outro. Uma operação conduzida pelos responsáveis políticos actuais e que poderíamos avaliar relativamente a experiências do passado. Neste sentido, as negociações na ONU, assim como recorrer ao TIJ, constituem gestos quotidianos de uma "estratégia" de multilaterização e globalização das questões. Tratam-se de actuações desenvolvidas pelos protagonistas, dependendo das percepções pessoais e da sua adequação aos interesses colectivos.

5. *Braga:* Timor é uma questão de princípio, o que a torna também um caso insólito num mundo político em que abundam as concepções realistas. Os objectivos e a actuação diplomática contrastam com a *realpolitik*, constituindo um exemplo de uma concepção emergente da política internacional, caracterizada pelo desenvolvimento do ambiente institucional e pela influência das forças domésticas. O debate e o estudo sobre Timor-Leste marca o reencontro com uma política idealista. Uma política de gestação diferente: o papel dos Media e das ONG é determinante; uma relação directa entre as actuações dos indivíduos e grupos de interesse, por um lado, e a actuação dos Estados e das Instituições está em curso; a maneira como esta relação culmina em posições oficiais do Estado Português e numa diplomacia consistente é um incentivo, e de certo modo um imperativo moral, para a participação dos cidadãos na actuação externa dos Estado (com consequências para a nossa cultura política).

6. Todo o processo discursivo da luta timorense constrói e reafirma a identidade timorense. A actuação da Diplomacia Portuguesa terá também consequências nas imagens de Portugal, perante os outros e os nossos próprios espelhos.

Embora pareça fugir de Timor, uma sugestão de análise deste tipo, que cruza o comportamento político e a identidade cultural, permite-nos olhar para o nosso papel enquanto estudantes e futuros profissionais de RI - uma coisa sem a qual não se faz política externa. RI

Jorge Eduardo Figueira

E.U.A. e Timor: o poder de silenciar

Drª. Anabela Carvalho

Os orgãos de informação norte-americanos têm com os poderes políticos do seu país uma relação de simbiose e cumplicidade. Esses orgãos constituem autênticos aparelhos ideológicos ao serviço de uma cultura totalitária, que se perpetua através de uma propaganda eficaz. A (não-)representação mediática de Timor Leste é paradigmática desta realidade. Esta tese é da autoria de Noam CHOMSKY, conhecido linguista norte-americano que se tem destacado, também, pela sua crítica à política e aos *media* dos E.U.A.

Segundo Chomsky, os *media* "mainstream" servem permanentemente o "interesse nacional". "Manufacturing consent"[1]: eis a sua principal missão. É fundamental gerar concordância no público, para que este continue a dar o seu acordo às decisões e acções políticas. É fundamental criar e manter "ilusões necessárias"[2] para que esse público continue passivo e apático.

> ***"Os media manteriam com o poder político uma conjura deliberada para esconder ao público norte-americano as verdades mais incómodas da política externa norte-americana."***

Edward HERMAN, que tem colaborado com Chomsky nalgumas obras, considera, igualmente, que a informação norte-americana é profundamente influenciada pela ideologia política. Pensa que a representação mediática dos acontecimentos é definida pela sua funcionalidade política e, como tal, é altamente previsível. Em "situações em que podem ser «marcados pontos contra países inimigos» ou ideias ameaçadoras, os meios de comunicação serão frequentemente activos em «campanhas publicitárias» de grande intensidade e paixão. Pelo contrário, quando acontecimentos muito semelhantes ocorrem em países amigos, os *media* prosseguirão uma política de negligência benigna".[3]

As vítimas dos conflitos políticos são avaliadas e, subsequentemente, retratadas nos *media* em função da sua utilidade política. Chomsky distingue, assim, *"worthy victims"* de *"unworthy victims"*. *"Worthy victims"* são as dos conflitos movidos por Estados inimigos. *"Unworthy victims"* as que resultam de intervenções militares dos E.U.A. ou de seus aliados. A cobertura noticiosa dos dois tipos de vítimas difere grandemente, quer na quantidade quer na qualidade da informação produzida. *"(...)Worthy victims will be featured prominently and dramatically, (...) they will be humanized, and (...) their victimization will receive the detail and context in story construction that will generate reader interest and sympathetic emotion. In contrast, unworthy victims will merit only slight detail, minimal humanization, and little context that will excite and enrage".*[4]

O caso de Timor é, de acordo com Chomsky e com Herman, perfeitamente ilustrativo do que foi dito. A invasão de Timor pela Indonésia e a violência que se lhe seguiu foram silenciadas pela imprensa norte-americana. As vítimas de Timor não têm mérito nem valor político.

Para calar as atrocidades perpetradas por um aliado dos E.U.A e o apoio norte-americano à sua acção, os *media* norte-americanos não precisaram de quaisquer instruções. *"Understanding their role, they virtually eliminated the topic from view. And at the New York Times, for example, coverage of Timorese issues had been substantial in 1975, but declined as Indonesia invaded and reached zero as the atrocites reached their peak with their new equipment provided by Carter's «Human Rights» administration in 1978. The occasional news reports carefully avoided interviewing the many timorese refugees in Portugal and Australia, choosing to rely instead on Indonesian generals, who assured readers that the Timorese who had been «forced» to the mountains by FRETILIN were now fleeing from its «control» to Indonesian protection. These «facts» were presented as facts by the «free press», when it deigned to consider the slaughter at all. Later, the*

nature and scale of atrocities were partially conceded, behind a curtain of deception and with the role of the U.S. government and the cumplicity of the press carefully excised".[5]

O confronto da cobertura noticiosa de Timor Leste com a cobertura do Cambodja entre 1975 e 1984 evidencia ainda melhor o carácter ideológico da informação americana. Tratando-se de situações semelhantes - invasões e agressão massiva-, estes dois casos têm marcas políticas diferentes, o que originou representações mediáticas completamente distintas. O domínio do Cambodja por comunistas ofereceu dividendos políticos importantes para os E.U.A. pelo que lhe foi concedida uma grande atenção por parte dos *media.* Todas as vítimas do Cambodja foram *"worthy victims".* Valeram o seu peso em crédito político. Quanto a Timor, o silêncio foi funcional. A ausência de cobertura noticiosa evitou pressões à agressão indonésia e à continuidade do apoio norte-americano.

Como se explica esta cooperação entre os *media* e o poder político?

Em alguns dos escritos mais radicais de Chomsky, transparece o que poderíamos apelidar de "teoria da conspiração". Os *media* manteriam com o poder político uma conjura deliberada para esconder ao público norte-americano as verdades mais incómodas da política externa norte-americana. Noutras obras, como *Manufacturing Consent*[6], Chomsky refere-se à existência de um conjunto de "filtros" que operam de forma aparentemente tão natural que os profissionais dos *media* se convencem que estão a agir de forma independente, íntegra e objectiva.

Um desses "filtros" é a dependência que os *media* têm do poder como fontes de informação. S. HALL e outros[7] consideram que este é um dos "imperativos estruturais" da prática jornalística. Os *media* necessitam permanentemente de informação abundante e, ao mesmo tempo, credível em imparcialidade e objectividade. As instâncias políticas constituem fontes preferenciais para os *media* porque respondem a estas necessidades - geram um volume considerável de actividade noticiável e dão uma aparente garantia de fiabilidade. As fontes oficiais tornam-se, deste modo "definidores primários" das questões da actualidade - estabelecem a interpretação primária dessas questões. Através do enquadramento que fazem dos problemas definem o limite de todas as discussões subsequentes. A tendência dos *media* para "reprodução da ideologia dominante"[8] fundar-se-á, em grande medida, nesta necessidade das fontes oficiais.

Seja a acomodação dos *media* aos poderes e interesses estabelecidos consciente e intencional ou não, a verdade é que é generalizada. Relativamente a Timor, o silêncio norte-americano terá sido seguido pelos *media* canadianos, ingleses e franceses. O que ilustra, segundo, Chomsky, a extensão e o poder da máquina ideológica ocidental. Chomsky sustenta que o ocidente, e particularmente os E.U.A., têm uma cultura totalitária em que a propaganda (veículada pelos *media)* permite controlar o pensamento e o comportamento individuais.

Contra este estado de coisas, Chomsky, nos seus livros, artigos e sobretudo nos seus boletins - panfleto, dirige-se expressamente ao leitor para o alertar e incitar à crítica. "Há que praticar a autodefesa intelectual, uma arteque inclui desde o consumo da imprensa alternativa ao exercício constante da crítica ao empenhamento em movimentos ecologistas, feministas, de apoio ao Terceiro Mundo, etc. Sem esse voluntarismo intelectual e prático não há forma de escapar à absorção pelos *media* "main-stream"."[9]

Na "Nova Ordem Internacional", Chomsky não vê virtudes especiais. Em Clinton, não identifica diferenças relevantes face aos seus predecessores. E para os *media* não prevê mudanças na sua lógica de funcionamento. Portanto, é bem necessária a acção continuada de localização de espaços discursivos alternativos.

Chomsky é famoso pelo seu radicalismo. As suas críticas e as suas posições são muitas vezes extremadas. Algum exagero que possa existir nas suas denúncias tem, pelo menos, um efeito positivo: desperta-nos a curiosidade e eleva-nos a atenção relativamente às aparentes naturalidade e inevitabilidade da informação. A propósito, quão diferente poderia ser a informação norte-americana!

R.I

Notas:

(1) (2) - Títulos de obras de Chomsky

(3) - E. HERMAN, "A diversidade de notícias: «marginalizando a oposição»", in N. TRAQUINA (Coord.), Jornalismo: Questões, Teorias e «Estórias»", Lisboa,Vega, 1993, p. 217

(4) - N. CHOMSKY, Manufacturing consent. The Polical Economy of Mass Media, New York, Pantheon Books 1993, p. 35

(5) - N. CHOMSKY, Prefácio a J. RAMOS- HORTA, Funu, The Unfinished Saga of East Timor, Trenton, Red Sea Press, 1987, p.XII

(6) - Op. cit.

(7) - S. HALL e outros, "A produção social das notícias: o "mugging" nos *media",* in N. TRAQUINA (Coord.), Jornalismo, Questões, Teorias e «Estórias»", Lisboa, Vega, 1993, p. 231

(8) - S. HALL e outros, op. cit., p. 231

(9) - L. COELHO, " Chomsky - intelectual radical", Expresso, 28.3.93